



Campanha dá acesso a informações qualificadas, gerando mais segurança ao contribuinte

REPORTAGEM

Sesconrs faz orientação gratuita sobre IR

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Em meio ao período de entrega do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Rio Grande do Sul (Sesconrs) mobiliza a campanha Declare Certo 2026 para orientar contribuintes e reduzir erros no preenchimento das declarações. A iniciativa integra o Sistema Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e busca ampliar o acesso da população a informações qualificadas.

A campanha, realizada anualmente, ganha força em um cenário de dúvidas recorrentes e maior exigência de atenção por parte dos contribuintes. Com o slogan "Fique tranquilo, consulte um profissional contábil", a ação destaca a importância da orientação especializada para garantir segurança e evitar in-

consistências na declaração. A proposta também reforça o papel do profissional da Contabilidade como agente essencial nesse processo.

O principal momento da mobilização será o Dia D, programado para 10 de abril, das 10h às 15h, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde haverá atendimento gratuito ao público. No local, representantes da diretoria do Sesconrs estarão disponíveis para esclarecer dúvidas e orientar sobre o correto preenchimento da declaração do IRPF.

A ação conta ainda com a parceria do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) e deve alcançar contribuintes em diversas regiões.

"O Sesconrs representa a categoria patronal da Contabilidade em mais de 440 municípios gaúchos, o que amplia o potencial de impacto da campanha. Além do atendimento presencial, estão previstas ações digitais, entrevistas e distribuição de materiais informativos", explica

a presidente, Paula Dahmer.

Outro eixo importante da campanha em 2026 é o estímulo à cidadania fiscal. Em parceria com a Assembleia Legislativa, a entidade também promove a iniciativa "Valores que Ficam", que incentiva a destinação de até 6% do IR devido para fundos sociais voltados à criança, ao adolescente e à pessoa idosa. "A medida fortalece políticas públicas e amplia ações de proteção e promoção social no Estado", cita a dirigente.

Segundo a presidente do Sesconrs, o período exige planejamento e atenção. Ela destaca que o acesso à informação correta faz diferença no resultado final da declaração. "Nosso principal compromisso é garantir que a população tenha acesso à orientação adequada, trazendo mais segurança ao contribuinte e valorizando o trabalho do profissional da contabilidade", afirma.

Em 2025, a campanha mobilizou mais de 30 cidades e realizou atendimento a centenas de pessoas, com forte repercussão

regional. Para este ano, a expectativa é ampliar ainda mais o alcance da ação. Diante de um cenário que exige cuidado e precisão, a campanha Declare Certo 2026 se consolida como uma ferramenta estratégica de orientação e educação fiscal para a população.

A diretora de Ensino e Educação do Sesconrs, Caroline Sebastião de Oliveira, reforça que o contribuinte deve redobrar a atenção no preenchimento da declaração, especialmente diante das atualizações legais e das novas exigências. Segundo ela, é fundamental reunir toda a documentação antes de iniciar o processo, evitando inconsistências e retrabalho.

Caroline destaca ainda que uma das novidades neste ano é a obrigatoriedade de o contribuinte informar ganhos com apostas esportivas (bets), conforme previsto na Lei nº 14.790/2023. "Todo rendimento obtido, inclusive por meio de plataformas digitais, deve ser corretamente declarado, independentemente da origem, seja nacional ou

estrangeira", orienta. Paula resalta que, nos casos em que não há retenção automática, cabe ao próprio contribuinte apurar e recolher o imposto devido, além de registrar as informações na declaração.

Outro ponto que tem gerado dúvidas é a ampliação da faixa de isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil mensais, prevista na Lei nº 15.570/2025. A diretora esclarece que essa regra não se aplica ao ano-base 2025.

"É essencial compreender que a declaração entregue em 2026 refere-se ao exercício anterior, o que exige atenção às normas vigentes naquele período", afirma.

A diretora alerta que a omissão de informações pode resultar em multas, juros e até sanções mais graves, recomendando que o contribuinte mantenha um controle detalhado de rendimentos e movimentações ao longo do ano. "Em caso de dúvida, a orientação de um profissional da contabilidade é o caminho mais seguro para evitar problemas com a Receita Federal", ressalta.

GESTÃO Entidade passa a ser comandada pela contadora Patrícia de Souza Arruda, que assume a liderança em um cenário desafiador

Nova diretoria do CRCRS toma posse para o biênio 2026/2027

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) realizou, na noite de 26 de março, no Teatro do Bourbon Country, a solenidade de posse da nova diretoria para o biênio 2026/2027, em um ato marcado pelo compromisso institucional com a classe contábil. Na ocasião, também foram empossados os conselheiros eleitos para o quadriênio 2026/2029, entre efetivos e suplentes, além da posse dos conselheiros do biênio 2026/2027 e dos conselheiros eleitos para o quadriênio 2024/2027, consolidando a composição do plenário que conduzirá as decisões estratégicas da entidade nos próximos anos.

A presidência passa a ser exercida pela contadora Patrícia de Souza Arruda, que assume a liderança em um cenário desafiador, marcado pela implementação da reforma tributária e pela intensificação da transformação digital no setor

público e privado.

A nova diretoria do CRCRS é formada, ainda, pelas vice-presidências de Grace de Avila Rodrigues (Gestão), Cristiano Crivelaro Dickel (Fiscalização), Juliano Galvan Debiasi (Registro), Gustavo Ferres da Silveira (Controle Interno), Simone Terezinha Zanon (Desenvolvimento Profissional), Marlete de Moura Ribeiro (Relações com os Profissionais), Celso Luft (Relações Institucionais) e Eliane Soares Neves (Técnica).

A presidente do CRCRS destacou que a entidade reafirma o compromisso com o fortalecimento da profissão contábil e com a valorização dos profissionais em todo o Estado, ressaltando a importância de uma atuação cada vez mais técnica e estratégica diante das mudanças econômicas e regulatórias. Patrícia enfatizou que a Contabilidade "é uma profissão sólida, essencial para a transparência econômica e para o desenvolvimento do Brasil".

A nova dirigente da entidade também apontou como



Cerimônia marca um novo ciclo de gestão, pautado pela proximidade com a classe e defesa das demandas da categoria

prioridades o fortalecimento da comunicação com a classe contábil, a ampliação da presença institucional no interior do Rio Grande do Sul e o investimento contínuo em educação profissional. Iniciativas como a Jornada da Reforma Tributária deverão ser intensificadas, acompanhadas da am-

pliação do diálogo com órgãos públicos e entidades representativas. Entre os compromissos assumidos, destacam-se ainda o fortalecimento da fiscalização como instrumento de credibilidade, a modernização dos serviços oferecidos pelo conselho e a ampliação dos canais de escuta e partici-

pação dos profissionais. Com a posse da nova diretoria e do plenário, o CRCRS inicia um novo ciclo de gestão, pautado pela proximidade com a classe, pela defesa das demandas da categoria e pela busca de soluções práticas diante dos desafios contemporâneos da Contabilidade.

Receita dá a receita

Receita Federal emite Termo de Exclusão para devedores do Simples Nacional, incluindo MEI

Os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, devem ficar atentos para não serem excluídos de ofício do Simples Nacional, por motivo de inadimplência. No dia 18 de março, foram disponibilizados no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e MEI os Termos de Exclusão do regime Simples Nacional e os respectivos Relatórios de Pendências dos contribuintes que possuem débitos com a RFB ou com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A Lei Complementar nº 214, de 16/01/2025, alterou de janeiro para setembro de cada ano o período para CNPJs já constituídos solicitarem opção pelo Simples Nacional. O contribuinte excluído poderá solicitar nova opção para reingressar no regime durante o mês de

setembro com efeitos para 1º de janeiro do ano seguinte e terá 90 dias da data de ciência do Termo de Exclusão para regularizar seus débitos e não ser excluído do Simples. Para evitar a exclusão a partir de 01/01/2027, deve regularizar a totalidade dos seus débitos. A ciência do Termo se dará no momento da primeira leitura, se acessar a mensagem dentro de 45 dias contados da disponibilização do referido Termo, ou 45 dias contado da disponibilização do Termo, caso a primeira leitura seja feita posteriormente a esse prazo. A empresa ou o MEI que desejar contestar o Termo de Exclusão deverá no prazo de 20 dias úteis da ciência do referido termo encaminhar a contestação ao Delegado de Julgamento da RFB, via internet. A empresa e o contribuinte MEI que não tenham regularizado, dentro do prazo legal, todos os débitos listados no Relatório de Pendências que acompanha o respectivo.

NEGÓCIOS

Reforma tributária pauta seminário da Femicro RS

Especialistas e lideranças empresariais vão discutir os impactos da reforma tributária e as novas oportunidades para empresas e profissionais no Seminário de Desenvolvimento da Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Rio Grande do Sul (Femicro RS), que ocorre amanhã, no Salão Nobre da prefeitura de Rio Grande. Gratuito, o evento será realizado das 9h às 17h30min e reúne contadores, empresários e gestores interessados em compreender e se antecipar às mudanças no cenário fiscal brasileiro.

A abertura contará com o painel "Reforma Tributária na Prática: Impactos, Responsabilidades e Oportunidades no Novo Cenário Fiscal", que propõe uma leitura das transformações e seus reflexos no ambiente de negócios. Para a vice-presidente da Femicro RS,

Lori Quevedo, o momento exige preparo. "Estamos diante de uma das maiores mudanças no sistema tributário do País, e isso exige atualização constante. A reforma também representa uma oportunidade para reorganizar processos e ganhar eficiência", afirma.

A programação inclui a palestra "Mulheres que Transformam a Economia", com Adriana Dias Silveira, abordando o protagonismo feminino no empreendedorismo, e a apresentação de Cleber Oliveira sobre o papel estratégico das emissões fiscais para a competitividade das empresas.

À tarde, o foco serão conteúdos práticos, com orientações sobre o Simples Nacional, ministradas por Gustavo Calletti, e debates sobre transparência e registro empresarial com representantes da Jucisrs. O seminário contará com rodada de negócios com o Sebrae,

além de iniciativas voltadas ao empreendedorismo feminino.

Haverá espaço para integração entre os participantes, com momentos dedicados ao networking e à troca de experiências, favorecendo a conexão entre profissionais, instituições e iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional.

O encerramento técnico ficará a cargo do auditor-fiscal Eduardo Godoy Corrêa, que abordará a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), destacando a transição para um sistema mais simples e alinhado às demandas das micro e pequenas empresas.

Segundo Lori Quevedo, o evento vai além da atualização técnica. "É um espaço de troca entre profissionais e instituições, que contribui para soluções mais eficazes e fortalece o ambiente de negócios", destaca.

REPORTAGEM Novo modelo reduz distorções, amplia créditos e desloca competitividade do incentivo fiscal para a eficiência logística, segundo especialista

Reforma tributária deve reposicionar competitividade dos portos

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

O ambiente de negócios no Brasil começa a ser redesenhado com a reforma tributária que está em processo de implantação. A adoção de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual promete reduzir distorções históricas, simplificar a tributação e aumentar a segurança jurídica nas operações. Nesse cenário, especialistas apontam que a mudança pode reposicionar a competitividade dos portos brasileiros, ao priorizar eficiência em vez de benefícios fiscais.

Elizabeth Martos, advogada tributarista, coordenadora do MBA em Gestão Tributária e do Programa Avançado Implementação da Reforma Tributária da Trevisan Escola de Negócios, analisa os principais efeitos dessa transformação. A especialista destaca que a nova lógica tributária tende a eliminar conflitos e ampliar o aproveitamento de créditos ao longo das cadeias produtivas.

JC Contabilidade - Como a reforma tributária impacta diretamente a logística portuária?

Elizabeth Martos - A reforma tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, promove a substituição de tributos sobre o consumo por um modelo de IVA dual, com incidência ampla sobre bens, serviços e direitos. Sob o ponto de vista jurídico,

essa mudança decorre da adoção de princípios como neutralidade, não cumulatividade plena e tributação no destino. Serviços portuários, como armazenagem e movimentação, passam a ter enquadramento único, reduzindo litígios e insegurança jurídica.

Contab - O que muda com a adoção do IVA dual (CBS e IBS)?

Elizabeth - A principal mudança é a criação de um sistema de tributação sobre valor agregado com base constitucional unificada. Há ampliação da materialidade tributária, consolidação da não cumulatividade e padronização das hipóteses de incidência. Isso permite, por exemplo, o aproveitamento mais amplo de créditos em serviços contratados.

Contab - De que forma os polos portuários podem se beneficiar desse novo modelo?

Elizabeth - O benefício está na eliminação da cumulatividade indevida e na ampliação do direito ao crédito, alinhando o Brasil ao padrão internacional. Isso reduz distorções e evita que tributos sejam incorporados ao custo final das operações.

Contab - A tributação no destino altera o fluxo de mercadorias?

Elizabeth - Sim. A tributação no destino substitui o modelo de origem e elimina a guerra fiscal. Com isso, as decisões logísticas passam a considerar eficiência, e não incen-

tivos tributários regionais.

Contab - As exportações continuam desoneradas?

Elizabeth - Sim. A Constituição mantém a imunidade das exportações, com alíquota zero e garantia de manutenção e ressarcimento de créditos. Além disso, amplia o conceito para incluir serviços diretamente vinculados às exportações.

Contab - Como funciona a recuperação de créditos tributários no novo sistema?

Elizabeth - A não cumulatividade passa a ser ampla, permitindo crédito sobre todas as aquisições relacionadas à atividade econômica. Também há previsão de ressarcimento mais ágil, o que melhora o fluxo de caixa das empresas.

Contab - Quais setores mais se beneficiam dessa mudança?

Elizabeth - Os setores com cadeias longas e maior incidência cumulativa são os mais beneficiados, como a logística portuária integrada, que deixa de sofrer tributação em cascata.

Contab - Há riscos no curto prazo?

Elizabeth - Sim. O principal risco está na transição normativa e operacional, com necessidade de revisão contratual e adaptação aos novos sistemas, além de possíveis ajustes na carga tributária efetiva.

Contab - O período de transição pode afetar investimentos?

Elizabeth - Pode gerar in-



Para Elizabeth, setores com cadeias mais longas estão entre os mais beneficiados

certezas no curto prazo, já que haverá convivência entre sistemas. Por outro lado, a consolidação do modelo tende a ampliar a segurança jurídica no longo prazo.

Contab - Como as empresas devem se preparar?

Elizabeth - A preparação exige revisão contratual, análise da cadeia de créditos, adequação de sistemas fiscais e planejamento tributário alinhado ao novo regime.

Contab - O impacto será imediato para os polos portuários?

Elizabeth - Não. A implementação será gradual, mas os efeitos já influenciam decisões atuais, especialmente em contratos de longo prazo.

Contab - A reforma fortalece a competitividade internacional do Brasil?

Elizabeth - Sim. O alinhamento aos modelos internacionais reduz distorções e aumenta a transparência, o que melhora a competitividade dos exportadores brasileiros.

Contab - Quais suas considerações finais sobre a reforma tributária e seus impactos regionais?

Elizabeth - A reforma tributária promove uma mudança estrutural no sistema tributário, deslocando o foco de incentivos fiscais para eficiência econômica. Os portos precisarão se reposicionar com base em infraestrutura e integração logística.

Nova lógica de tributos forçará mudanças no setor portuário de Rio Grande

O novo cenário que começa a se desenhar com a reforma tributária vai trazer mudanças para o setor portuário, especialmente no polo de Rio Grande. Embora ainda haja incertezas regulatórias, a perspectiva de simplificação do sistema e reorganização das cadeias logísticas já mobiliza gestores públicos e privados.

O diretor de gestão, administrativo e financeiro da Portos RS, João Alberto Gonçalves Júnior, destaca que o momento ainda é de análise e adaptação. Segundo ele, "há muitas regulações próprias da área portuária que precisam ainda se ajustar a essa nova reforma tributária", o

que torna prematuro mensurar todos os impactos.

Apesar disso, o executivo aponta que a mudança no modelo tributário tende a gerar efeitos positivos no longo prazo. "Podemos ter implicações associadas à simplificação do sistema, com racionalização da tributação e redução de distorções econômicas", afirmou. A adoção de um modelo mais uniforme pode facilitar processos contábeis e melhorar o ambiente de negócios.

Por outro lado, a transição também impõe desafios relevantes, sobretudo para empresas que hoje se beneficiam de incentivos fiscais regio-

nais. "Começamos a enxergar possibilidades de inviabilidade de centros de distribuição que existem hoje em função de benefícios tributários", destaca Conforme Gonçalves Júnior. Com a redução da autonomia de estados e municípios para conceder incentivos, a tendência é de reconfiguração logística.

Nesse novo contexto, empresas exportadoras devem buscar maior proximidade com as zonas portuárias. "As indústrias vão precisar estar mais próximas dos portos para evitar custos tributários duplicados", explicou. Esse movimento já influencia o planejamento estratégico da

Portos RS, que vem investindo na estruturação do entorno do porto de Rio Grande.

A expectativa é de que a região se consolide como polo atrativo para novos empreendimentos. "Temos investido no entorno de Rio Grande para criar distritos industriais capazes de receber grandes empresas e centros de distribuição", ressalta o diretor.

Mesmo com os possíveis ganhos de eficiência, a reforma também traz limitações para a gestão pública. "A simplificação do sistema reduz a capacidade de estados e municípios gerirem benefícios econômicos tributários", observa. Para ele, isso exige uma

mudança de lógica tanto por parte do poder público quanto das empresas.

O período de transição, que se estende até 2033, será decisivo para o setor. Já a partir de 2027, as novas regras devem começar a ter impacto mais significativo nas operações portuárias. "Isso exige planejamento e muito cuidado na gestão", alerta Gonçalves Júnior.

Diante desse cenário, especialistas apontam que o sucesso do polo portuário de Rio Grande dependerá da capacidade de adaptação às novas regras, com foco em eficiência operacional, competitividade e integração logística.

OPINIÃO

O que o caso do Banco Master revela sobre o sistema financeiro

JOSÉ MARIA FRANCO DE GODOI NETO

O funcionamento do sistema financeiro depende de um ativo invisível, mas essencial: a confiança. Sem ela, não há crédito e, sem crédito, a economia perde dinamismo. Episódios recentes envolvendo o Banco Master trouxeram à tona discussões importantes sobre os limites da expansão do crédito, a gestão de riscos e o papel das instituições financeiras em um ambiente cada vez mais complexo.

O crescimento acelerado de operações estruturadas e de produtos financeiros mais sofisticados, muitas vezes voltados a nichos específicos, tem ampliado o acesso ao crédito no Brasil. Isso é positivo sob a ótica da inclusão financeira e do fomento à atividade econômica. No entanto, também impõe um desafio adicional: garantir que esse crescimento seja sustentado por funda-

mentos sólidos de governança, transparência e avaliação de risco.

O caso recente evidencia justamente essa tensão. De um lado, há a busca por rentabilidade em um mercado altamente competitivo, pressionado por margens mais estreitas e pela inovação constante. De outro, a necessidade de preservar a solidez do sistema, evitando excessos que possam gerar distorções ou, no limite, crises de confiança.

É nesse ponto que a estrutura jurídica das operações de crédito ganha protagonismo. Contratos bem elaborados, garantias adequadas e mecanismos eficazes de recuperação são elementos que deixam de ser meramente técnicos e passam a ser estratégicos. Em um cenário de maior sofisticação financeira, o direito não apenas acompanha o mercado — ele se torna peça central na sua sustentação.

Outro aspecto relevante é a percepção de risco por parte dos investidores e do próprio mercado. Casos como esse tendem a provocar uma reavaliação generalizada, ainda que pontual, elevando o nível de exigência em relação à transparência das instituições. Isso pode resultar, no curto prazo, em maior seletividade na concessão de crédito e em custos mais elevados para determinadas operações.

Por outro lado, há um efeito positivo de médio e longo prazo: o fortalecimento das boas práticas. Momentos de tensão costumam funcionar como catalisadores para aprimoramentos regulatórios e institucionais, além de reforçarem a importância de uma atuação preventiva — tanto por parte das instituições financeiras quanto das empresas que recorrem ao crédito.

Para os tomadores, a lição é clara: não basta buscar aces-

so a recursos financeiros; é fundamental compreender a estrutura das operações, seus riscos e implicações jurídicas. Já para as instituições, o desafio está em equilibrar inovação e prudência, crescimento e segurança.

O sistema financeiro brasileiro é historicamente resiliente, mas não está imune a episódios que testam seus limites. O importante é que essas situações sirvam como aprendizado coletivo. Afinal, em um ambiente onde o crédito é motor da economia, preservar a confiança não é apenas desejável — é indispensável.

ADVOGADO, MESTRE EM DIREITO PELA USP E EM GESTÃO DE RISCO PELA FEA/USP, COM ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS PELA FGV/SP. SÓCIO DO FRANCO DE GODOI ADVOGADOS E MEMBRO FUNDADOR DA STRUCTURA INVESTMENTS



JOSÉ MARIA FRANCO DE GODOI NETO / ARQUIVO PESSOAL/JC

Para os tomadores, a lição é clara: não basta buscar acesso a recursos financeiros; é fundamental compreender a estrutura das operações, riscos e implicações jurídicas



Juntos para incluir, transformar e fortalecer.

REPRESENTATIVIDADE E COMPROMISSO NA NOVA COMPOSIÇÃO DO CRCRS

Na noite de 26 de março, o CRCRS realizou, em Porto Alegre, a solenidade de posse do Conselho Diretor para o biênio 2026-2027. A contadora Patrícia Arruda assume a presidência da entidade, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo em quase 79 anos de história.



Também tomaram posse os 37 conselheiros que compõem dois terços do Plenário para a gestão 2026-2029. O evento reuniu lideranças do Sistema CFC/CRCs, autoridades e representantes de entidades.



Ainda no dia 26, tomaram posse os novos Representantes CRCRS. A nova composição reúne profissionais de todas as regiões do Estado, que passam a atuar na representação da classe contábil, contribuindo para o fortalecimento institucional e para a aproximação do Conselho com os profissionais e a sociedade.

